



A COMUNICAÇÃO CLANDESTINA USADA NA RESISTÊNCIA AO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Mestranda Fabíola Lucena¹

RESUMO

O artigo pretende analisar a importância da comunicação usada na clandestinidade durante o período ditatorial militar. Muitos exemplos são relatados no livro de Otonni Fernandes Junior, “O Baú do Guerrilheiro”, como: códigos, senhas, mensagens codificadas, combinações de encontros, jornais clandestinos, entre outros. E também nas declarações feitas a partir das entrevistas realizadas com três ex-militantes políticos: Amparo Araújo (ALN), Luís Momesso (AP) e Marcelo Melo (PCBR).

O texto tentará fazer uma relação entre as várias situações e semelhanças quanto ao uso dessa comunicação, mostrando seus efeitos, criatividades, objetivos e circunstâncias.

Essa comunicação utilizada na militância contribuiu na resistência ao regime militar e também serviu para alertar e informar a sociedade aos assuntos relacionados à época.

Palavras-chave: militância, clandestinidade, guerrilheiro, estudantil, ditatorial.

ABSTRACT

This article intends to analyze the importance of the clandestine communication used during the military dictatorship period. Several examples are described in the book “O baú do guerrilheiro”, written by Otonni Fernandes Junior, such as: codes, password, codified messages, meeting arrangements, and clandestine newspapers, between others. Moreover this article entails statements collected from interviews realized with three ex political militants: Amparo Araújo (ALN), Luís Momesso (AP) e Marcelo Melo (PCBR).

Additionally, the text will make a connection between the several situations and similarities regarding the use of this communication, showing its effects, creativity, objectives and circumstances.

The communication used in the militancy contributed in the resistance against the military regime and also contributed to inform and alert the society about the subjects related to the period.

Keywords: militance, clandestinity, guerrilla, student, dictatorial.

1. INTRODUÇÃO

O tema abordado é mais conhecido como comunicação clandestina. São exemplos os códigos e senhas, até mensagens codificadas em jornais e programas de rádio da época, cartas escritas com o líquido da cebola para disfarçar mensagens secretas, comícios-relâmpagos, panfletos em cordel, e mais uma infinidade de meios criados para facilitar o envio da mensagem entre militantes, com o intuito de organizar uma ação de combate ao regime, ou no próprio relacionamento do dia a dia na tentativa de não deixar que os militares percebessem.

¹Universidade Federal de Pernambuco. biolaportugal@yahoo.com.br



O objetivo do artigo é entender a relação desses variados tipos de comunicação, bastante presente nos relatos feitos por Ottoni Fernandes Junior em seu livro autobiográfico, *O Baú do Guerrilheiro*, como os também citados por três entrevistados da autora, todos ex-militantes de partidos diferentes, e atuantes principalmente, em Recife. Os quatro militantes tinham em comum a utilização de uma comunicação podendo ser chamada de clandestina, que servia para colocar em prática a militância e “driblar” o regime militar. Todos atuaram com criatividade e muita improvisação, praticando desde as passeatas ou até mesmo em ações de guerrilha urbana. Esse tipo de comunicação também foi utilizado como meio de informar a sociedade, e ainda levar informações da situação política da época a outros membros das organizações e/ou partidos presentes em outros estados ou países, como era feito, por exemplo, através dos jornais clandestinos.

As entrevistas foram feitas para servir de base no pré-roteiro das entrevistas finais do trabalho de dissertação da mestranda.

2. AS FASES DO REGIME MILITAR

Após o golpe militar de 1964, a luta armada concentrava-se mais nas áreas urbanas, sobretudo nas organizações formadas por militantes que haviam começado no Movimento Estudantil. Esses estudantes foram bastante inspirados nas experiências Guevaristas, onde prevalecia a Teoria do Foquismo, os quais acreditavam que as ações isoladas de grupos pequenos de militantes poderiam desencadear a Revolução na América Latina. (ALVES, 2005, p.173)

Como também define Alves (2005, p.171), o 1º ciclo do regime militar que assumiu em 1964, concentrou-se em “eliminar” pessoas que politicamente tivessem algum tipo de ligação a João Goulart. A repressão física caiu sobre trabalhadores e camponeses que insistiam em resistir ao Governo ditatorial. O 2º ciclo (1965-1966) caracterizou-se pela aplicação de leis duras, principalmente a nível de cargos eleitorais (fechamento do Congresso, cassações e perseguições políticas).

Os setores de oposição que vinham sustentando a necessidade da luta armada assumiram posição predominante após o 13 de Dezembro de 1968, data que foi decretado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), foi quando se iniciou o 3º ciclo da repressão. E é a partir de



1969 que ocorre o princípio da “violência urbana e rural que nos 5 anos seguintes dilaceraria o país”. (ALVES, 2005, p. 172)

Em Janeiro de 1969, Carlos Lamarca, oficial do 4º regimento de Infantaria, com base em Quitaúna, São Paulo, comandou um grupo de oficiais e soldados em assalto ao depósito de armas do regimento. Eles eram membros da organização clandestina Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)². São decretados os Atos Institucionais 13 e 14, que resumidamente diziam que todos os presos políticos trocados por dignitários sequestrados seriam banidos do território brasileiro e tornou a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento aplicáveis em casos de “guerra psicológica”, guerra revolucionária ou subversiva. Os atos institucionais foram consequência do episódio do sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick³ (ALVES, 2005, p. 190).

A 29 de setembro de 1969 também foi implementada a Lei de Segurança Nacional, que constituía a aplicação prática dos argumentos teóricos da ideologia da Segurança Nacional. Isso permitiria que o Estado exercesse total arbítrio no estabelecimento do que constituiria crime contra a segurança nacional.

3. A COMUNICAÇÃO CLANDESTINA NO PERÍODO 1964/1968

Foi observado durante a leitura da bibliografia que retrata as fases do regime, que muitas formas de comunicação clandestina foram utilizadas por praticamente todas as organizações e partidos.

Vamos chamar de “primeira fase”, o período entre 1964 e 1968, onde ainda havia alguma liberdade de expressão através de passeatas e comícios, que funcionavam como “canais” para expor as inconformidades diante do regime imposto. Foi nessa fase que houve boa mobilização da sociedade, vários setores, sendo o Movimento Estudantil (M.E.) um dos mais, se não “o mais” resistente ao regime da época. O movimento cresceu tanto após 1964, ganhando bastante respaldo e simpatia da população foi capaz de aglutinar outros grupos de resistência, nas suas atividades de combate e até muitos setores da população.

² Tornaram-se mais frequentes as emboscadas para obter armas dos militares (ALVES, 2005, p. 189). E também para “financiar” a luta armada que agora era mais clandestina, foram feitos diversos assaltos a bancos. O dinheiro era usado para o sustento dos grupos opositores.

³ Pela primeira vez um membro do corpo diplomático era sequestrado por guerrilheiros armados na América Latina. Foi organizado pela ALN e pelo MR-8 a 4 de Setembro de 1969. O fato foi notícia no mundo todo, atraindo as atenções internacionais para a luta armada no Brasil.

O número de manifestações, protestos e passeatas aumentava consideravelmente, enquanto que a pressão do regime militar também com prisões e torturas a estudantes e outras pessoas dadas como “suspeitas” ou “subversivas”.

Surgiram nesse contexto algumas organizações bastante expressivas e importantes: Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Aliança Renovadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), entre outras:

“Elas se diferenciavam em torno de questões pragmáticas (como cada organização enxerga a sociedade brasileira e quais mudanças propõe em sua estrutura), estratégicas (qual o caminho geral a ser seguido para chegar ao poder e conseguir aquelas transformações) e táticas (métodos de ação e propostas de conteúdo mais imediato)” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p.90).

Nessa fase, uma forma de comunicar e informar bastante utilizada foram os “comícios-relâmpagos”. Essa cena foi bastante comum em manifestações repentinas e passeatas. Os discursos não podiam ser demorados, como é citado por Lima:

“Atuávamos com um método o mais seguro possível, para não haver risco de prisão ou de morte, espalhando panfletos noturnamente, que colocávamos nos portões das fábricas em passagens de operários, ou ficávamos num lugar bem estratégico que pudesse aglutinar muitos operários e sob qualquer reação já saíamos fora da área. Trabalhávamos nesses formatos de agitação e propaganda, como os comícios-relâmpagos”. (2007, p.91).

Segundo foi citado pelo entrevistado Melo (LUCENA, 2011), havia uma preocupação também dos militantes de passar informação à sociedade em geral, ou seja, às pessoas que não se envolviam na militância e que ficavam sabendo dos acontecimentos através do famoso “boca a boca”, visto que os grandes meios de comunicação estavam sendo vigiados pelo regime. E outra forma que alguns estudantes da época, no Recife, encontraram de informar foi fazer a distribuição de panfletos através do alto dos edifícios:

“Tínhamos o mapeamento dos edifícios-chave da cidade. Podíamos, simplesmente, jogar os panfletos e procurar escapar, ou colocar um pacote deles, molhado, na marquise. Com a incidência do sol ia havendo a secagem e os panfletos começavam a voar. Isto apresentava a vantagem de dar tempo de o panfleteiro escapular com menos risco. Outras vezes colocávamos o panfleto num peitoril de janela ou em marquise, tendo por baixo uma bomba de São João, das grandes, fincada num cigarro aceso. Num determinado momento a bomba explodia e soltava os panfletos”.

Ainda citado por Melo (LUCENA, 2011), outra forma interessante de comunicar era através das “bandeirolas”, bastante usadas na primeira fase do regime, entre 1964 e 1968:

“As bandeirolas eram um instrumento de propaganda que provocava muito impacto. Eram banners aéreos presos nos fios de eletricidade ou telefonia, jogados com o cordão com uma pedra na ponta e com uns ganchos de arame em forma de interrogação, na outra ponta. Ia-se elevando a bandeirola com a puxada do cordão. Em determinado momento o gancho pegava o fio e se

puxava o cordão, que se partia. Para se retirar a bandeirola era necessário utilizar o caminhão girafa e, muitas vezes, desligar a rede elétrica”.

Outro ponto em comum relativamente ao uso de códigos, era, por exemplo, “endereço e a senha de reconhecimento”, combinados e gravados na memória, para não tornar uma prova concreta. Esse tipo de comunicação foi citado pelos entrevistados e também por Fernandes Junior (2004, p. 178). Este, ainda revela que no caso da morte de Marighela houve o uso do papel que pode ter ocasionado a emboscada pelos militares:

“No finalzinho de Outubro entreguei para Tião um papel com o nome de meu irmão, endereço e a senha de reconhecimento: - Você tem que sair de circulação e cair na clandestina. O bilhete que você me deu, com o nome e endereço do seu irmão, deve ter caído no bolso do preto, o mesmo que ele entregou para Marighella na tarde do dia 4 de Novembro de 1969.”

4. A COMUNICAÇÃO USADA NA CLANDESTINIDADE COMUM A VÁRIAS ORGANIZAÇÕES E PERÍODOS

Foi constatado ao longo da pesquisa, que esse tipo de comunicação foi bem comum a várias organizações, partidos e ainda, praticado em diversos momentos do regime militar. Aos poucos muitos militantes “criaram” uma espécie de vocabulário, códigos e senhas que se tornaram comuns a pessoas, e mesmo que não fizessem parte de uma mesma organização ou partido havia o entendimento. Isso foi comprovado também na pesquisa em questão:

Alguns códigos eram pré-combinados como relatou Araújo (LUCENA, 2007) na entrevista:

“A gente combinava de sair e se a outra pessoa que ficasse em casa tivesse tudo bem deixaria a luz acesa, se não deixaria apagada. Tinha alguma coisa assim para gente ter uma certeza.”

Também era bastante comum entre os militantes criarem diálogos fictícios, onde no meio do texto havia uma “senha e contra-senha”. Fernandes Junior (2004, p. 99) relata:

“Eu tinha que chegar primeiro com a revista O Cruzeiro na mão, e esperar pela deixa: uma pessoa que perguntaria onde ficava o Maracanã, pois queria assistir o jogo do América.”

Fernandes Junior (2004, p. 185), ainda comenta, sobre a utilização de senha e contra-senha,:

“Faltando 5 minutos para a hora do ponto, voltei ao boteco. Tinha uma mesa livre. Sentei e pedi uma antártica, casco escuro. Pouco depois entra um cara magro, testa larga, rosto ossudo, com uma cabeça bem solta no corpo, o jornal O Globo debaixo do braço, o caderno de esportes na frente. Sentou na minha mesa como se fosse um conhecido, me deu um aperto de mão afetuoso, pediu um copo e dividiu a cerveja.



- Tudo bem camaradinha? - Cumprimentou ele. - Veja só, o América tá mal das pernas – comentou, mostrando o jornal. Entrei no papo.
- Vê se escolhe um time melhor. É dureza torcer por timeco.
Nada mais natural, futebol é a conversa básica dos botequins cariocas.”

As identidades falsas também eram bem comuns aos militantes clandestinos. Muitos chegavam a ter novos bilhetes de identidade, mas quase todos mudavam os nomes, usavam nomes “frios” e o mais seguro era mesmo que ninguém soubesse o nome verdadeiro, porque em caso de prisão e tortura, a pessoa poderia não suportar e terminar por “entregar” algum colega. Fernandes Junior (2004, p. 53) comenta ainda sobre as identidades falsas:

“O caminho da clandestinidade foi a saída. Recebeu documentos falsos. Foi morar num quarto alugado. Perdeu todas as referências sociais. O roteiro parecia inexorável. Fábio começou a ajudar na logística de ações armadas.”

Uma forma curiosa de mensagem codificada que foi relatada por Momesso (LUCENA, 2007), foram os recados através do Rádio. Mesmo sendo o rádio um meio de massa, naquela época ainda era mais forte que a televisão e também tinha bastante função social, além de informar. Muitas pessoas utilizavam os programas de rádio para enviar recados para parentes, por exemplo, e eram nesses tipos de anúncios que as mensagens codificadas apareciam. Momesso cita ainda, que quando queria enviar algum recado para um militante que estivesse em outro estado para avisar que um colega foi preso, dizia: “Fulano de tal foi hospitalizado em Recife, sem previsão de saída, o estado dele é muito grave.”

Esse tipo de informação servia para prevenir que os militantes próximos daquele que havia sido preso tomassem cuidado, pois poderiam ser procurados. Esse tipo de mensagem também foi usado através do telegrama pelos correios. Claro, que eram táticas previamente combinadas pela militância para que as pessoas ficassem alertas.

Outra forma interessante foi a utilização de anúncios classificados em jornais, ou seja, usando também um meio de massa, como citou Araújo (LUCENA, 2007), mas também presente em vários livros autobiográficos por outros militantes da época:

“Tinham algumas coisas combinadas. Por exemplo, eu já sabia quando ia voltar para uma cidade e queria encontrar com uma pessoa. Geralmente quando viajava e estava para voltar e perdia o contato colocava o anúncio, tinha uma coisa pré-combinada... Se aparecesse o anúncio, por exemplo: vende-se um gato angorá de nome Cátia. Aí a pessoa com quem eu já tinha combinado sabia que deveria me encontrar num determinado local e tal hora...”

Momesso (LUCENA, 2007), também cita em sua entrevista, que rodava os jornais clandestinos durante a noite, e que distribuía também na madrugada, nas portas das casas dos operários. Ele também chegou a montar varais com os panfletos pendurados, em formato de



cordel. Os locais escolhidos eram sempre os de passagens para as fábricas, assim os operários passavam e iam recolhendo dos varais. Não precisava ninguém ficar exposto a entrega.

Melo (LUCENA, 2007) citou uma forma curiosa em sua entrevista que foi o envio de cartas escritas com o líquido da cebola. As mensagens codificadas ficavam invisíveis e só conseguiam ser lidas após passar um ferro de roupa quente por cima. A pessoa escrevia por cima um texto qualquer a caneta, que assim não haveria perigo de ser lido caso a carta fosse aberta, pois também era prática da polícia abrir correspondências, sendo ou não, os remetentes ou destinatários suspeitos.

Ele também confeccionou em sua casa, um mimégrafo silencioso, feito à mão em madeira, que foi bastante usado para a elaboração de jornais clandestinos. De qualquer forma, por segurança, esses jornais eram rodados ao longo da noite. Esses jornais eram uma prática comum no Movimento Estudantil em Recife e em outros lugares, como já foi mencionado aqui.

5. A COMUNICAÇÃO CLANDESTINA PÓS AI-5

A oposição ao regime vai ganhando força nas ruas, fábricas, escolas... A insatisfação com o governo é grande. Em Março de 1968 a polícia agride manifestantes em um confronto, e o estudante Edson Luís, de 18 anos, é morto em frente ao restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Fato que vai piorar ainda mais o clima de euforia e contestação. O ano de 1968 é marcado pelo aumento de manifestações, crescem as lutas operárias, aumentam o enfrentamento e as denúncias contra o regime militar. (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p.133).

É nesse contexto de movimentações, que aumentam as manifestações e começam a ter mais destaque os grupos de oposição armada. Dentro de todo esse clima que vivia o país, o governo não pestanejou e decreta o mais duro de todos os atos, o Ato Institucional nº 5, mais conhecido como AI-5, em 13 de Dezembro de 1968. Assim estava consolidada uma ditadura sem disfarces.

O Congresso Nacional é colocado em recesso e 69 parlamentares são cassados.

Em Agosto de 1969, Costa e Silva é afastado da presidência por motivos de saúde, mas o vice é impedido de assumir por se opor ao AI-5.

Algumas organizações clandestinas de oposição partem para uma série de sequestro aos embaixadores, exigindo em troca a libertação de presos políticos. Em contrapartida a Junta Militar adota a pena de morte e banimento, tornando as punições mais severas.

Em 30 de Outubro de 1969 é eleito o General Emílio Garrastazu Médici, debaixo do lema “Segurança e Desenvolvimento”. O período Médici vai ser o de maior repressão, violência e supressão das liberdades civis.

Médici usava a propaganda para mostrar um país em crescente desenvolvimento e o país passava a viver a fase do “Milagre econômico”. O que prevalecia era a propaganda oficial, enquanto que a imprensa calava-se com a censura. Até a Igreja Católica, que na altura do Golpe fora a favor da deposição de Goulart, passa a sofrer perseguições. “Sacerdotes e Freiras são torturados, há invasões em templos, cerco a conventos e vigilância contra bispos” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1987, p.63).

A partir de 1970 muitas organizações já haviam sido desmembradas e quem ainda não havia sido preso, ou estava clandestino, ou já estava exilado. Poucos restaram e nessa fase o cuidado tinha que ser ainda maior, pois o regime militar também havia se aperfeiçoado na descoberta das estratégias da oposição.

As formas de comunicação relatadas nesse período citam mais casos de prisão ou de militantes que tinham contato com pessoas presas.

O uso de bilhetes dentro da prisão era comum. Conforme relata Fernandes Júnior (2004, p.71) , quando esteve preso:

“Na frente da cela 416, deixei cair a camisa. O fuzileiro num reflexo olhou para baixo. Aproveitei a deixa e joguei o bilhete. Bingo. No alvo. Antenor abaixou-se, dentro da cela, para pegá-lo.”

Fernandes Júnior também afirma que os presos tentavam falar o máximo da informação verdadeira dentro da prisão, pois isso ajudaria também na soltura. Como um episódio que ele conta, em que ao ser preso ele tentou chamar atenção do guarda batendo palmas, se identificou, pediu um médico e disse também que estava machucado e onde ocorreu a tortura. Ele mencionou uma casa na Barra da Tijuca onde havia ficado preso por 3 dias. Após ele dizer o outro preso se identificou e disse que era farmacêutico e estudante de medicina e que poderá ajudar o Fernandes Junior, porém os guardas disseram que eles são presos incomunicáveis e que não poderiam ajudá-los. Após esse diálogo, os dois presos já estavam “apresentados”, um sabia o nome do outro e tinham referências, e caso algum deles sáísse primeiro tentaria informar a família e fazer a denúncia.

O Beijo de “bico”

Relatado ainda por Fernandes Junior, foi a passagem de bilhetes através de um beijo, supostamente por casais fictícios, os quais os membros recebiam visitas:

“Chegamos perto da grade. Contactos físicos somente com os dedos. Mais tarde, descobri que era possível, através das grades, dar um beijo de bico na companheira. E mais: servia ainda para passar pequenas mensagens, em papel enrolado em forma de canudo, transferidas de uma boca para outra com o auxílio de uma língua mais esperta.” (2004, p. 135)

Era comum ainda nas prisões, os presos políticos continuarem as leituras sobre o Marxismo, principalmente, mas para isso precisavam receber tais livros disfarçadamente. Ou ainda, caso fizessem anotações, usavam a técnica da substituição de palavras para que não fossem denunciadoras. (LUCENA, 2007)

Momesso (LUCENA, 2007) afirmou em sua entrevista que recebia livros que pareciam “comuns” por fora, mas que pudessem comprometer quando as pessoas passassem na revista nos dias de visitas. Mas dentro as páginas dos livros eram trocadas, como os guardas não se preocupavam muito com o conteúdo, mas mais com as capas, como era o caso da cor vermelha que era proibida por fazer lembrar a cor do comunismo.

Já o Fernandes Junior (2004, p. 202), quando esteve preso, chegou a usar a prática da substituição “Anotava tudo em cadernos escolares, com uma letra miúda, substituindo o nome de Marx por Morgan, para tentar driblar uma eventual revista dos guardas”.

Músicas e poesias também foram relatadas como formas de comunicação e expressão nas prisões. Muitos presos faziam paródias com músicas comuns fingindo que estavam cantando, mas na verdade estavam passando alguma mensagem ou simplesmente para expressar o que estavam sentindo. (LUCENA, 2007)

Araújo (LUCENA, 2007) ainda contou um fato muito interessante, já no período de semi-clandestinidade. O fato ocorreu entre 1970 e 1974:

“Cada um voltou para sua família e o que a gente ficou fazendo... Foi uma coisa interessante porque naquela época telefone era difícil e caro, então o que nós fazíamos... todos os dias eu mandava dois cartões postais, ou seja, cada um mandava para os outros dois, era uma forma de saber que estávamos bem. Então todos os dias eu recebia... Porque a gente usou cartão postal? Porque a gente tinha o pressentimento que eles estavam controlando... o cartão naquela época era normal.”

6. CONCLUSÃO



O artigo em questão serve para reforçar que a comunicação clandestina teve enorme importância na vida dos militantes, visto que foi usada nas mais diversas fases do regime militar, pelos diversos partidos clandestinos e organizações, ou simplesmente por pessoas que queriam mudar o sistema.

Independente da ação que seria executada, do profissionalismo ou improvisado, fato é que essa comunicação clandestina esteve sempre dando cobertura e servia como uma arma aliada ao militante, que com criatividade e ousadia pode não ter conseguido derrubar o regime, mas evitou com que muitos fossem presos ou mortos.

7. REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). São Paulo: Edusc. 2005. 423 p.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Brasil Nunca Mais. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987, 312 p.

FERREIRA, Jorge. A Estratégia do Confronto: a frente de mobilização popular. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.24, no. 47, 1-18, Maio 2004.

FREITAS, Artur. Arte e Movimento Estudantil: análise de uma obra de António Manuel. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.25, no. 49, 1-14, Jan./Jun. 2005.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. O Baú do Guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LUCENA, Fabíola Alves de. Militância e Comunicação, (filme). Recife, 1999. DVD, 16 minutos. Color.

SYRKIS, Alfredo. Os Carbonários, memórias da guerrilha perdida. São Paulo: Global, 337 p.

VOZES DA DEMOCRACIA. HISTÓRIA DA COMUNICAÇÃO NA REDEMOCRATIZAÇÃO DO BRASIL, INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação Social. São Paulo: 2006.